

Biografia A (1500-3000 palavras)

Coutinho, Carlos Viegas Gago (Belém, 17-2-1869 – Lisboa, 18-2-1959)

Palavras-chave: Aviação, Comissão de Cartografia, Geografia colonial, Ocupação científica

Biografia

Carlos Viegas Gago Coutinho nasceu a 17 de Fevereiro de 1869, em Belém (à época, sede de concelho contíguo ao de Lisboa), filho de um casal da pequena burguesia com origens algarvias: José Viegas Gago Coutinho e Fortunata Maria Coutinho. Os avós paternos eram livreiros em Faro. O pai, natural de São Brás de Alportel, completou a instrução primária e tinha conhecimentos de escrita comercial. Como sargento de mar-e-guerra, serviu na nau Vasco da Gama e na fragata D. Fernando. Em 1873, deixou a Armada e fixou-se em Luanda. Depois de um período emigrado no Brasil, na colheita da borracha na região da Amazónia, voltou à capital de Angola, onde foi fiscal de mercado. Morreu em 1924, em Lisboa. A mãe era filha de padeiros e o seu irmão foi patrão de um caíque da costa. Morreu em 1877, depois de uma visita ao marido em Luanda. A partir daí, Gago Coutinho foi criado por D. Maria Augusta Pereira, uma vizinha, que já vivia com ele e com a mãe desde a partida do pai para Luanda.

Gago Coutinho fez a instrução primária e estudou até ao 3.º ano liceal num colégio em Belém. Para frequentar o Liceu Central de Lisboa mudou-se para a capital. Em 1885, matriculou-se na Escola Politécnica onde fez o curso preparatório para a Escola Naval. Concluiu o curso de Marinha na especialidade de Hidrografia, em 1888. Começou a sua carreira como aspirante da Armada em 1886, sendo sucessivamente promovido a guarda-marinha (1890), segundo-tenente (1891), primeiro-tenente (1895), capitão-tenente (1907), capitão-de-fragata (1915), capitão-de-mar-e-guerra (1918), contra-almirante (1922) e vice-almirante em 1932. Passou à reserva em 1934. Por decreto-lei de 22 de maio de 1958, o Governo da República portuguesa promoveu Carlos Viegas Gago Coutinho ao posto de almirante, dando execução ao voto unânime da Assembleia Nacional nesse sentido.

A carreira de Gago Coutinho divide-se por quatro grandes áreas de intervenção: marinha, nas divisões navais da África Oriental e da África Ocidental, sobretudo de 1893 a 1898; trabalhos geográficos nas colónias portuguesas, entre 1898 e 1920; navegação aérea, de 1919 a 1927; e história da náutica e dos descobrimentos portugueses, de 1925 a 1958, tendo publicado uma vasta bibliografia neste domínio.

Ainda não foram apuradas cabalmente as circunstâncias em que Gago Coutinho passou a integrar as expedições da Comissão de Cartografia. De qualquer forma, esta comissão era sobretudo constituída por oficiais da Armada. Criada por decreto do ministro da Marinha e Ultramar, em 1883, para elaborar e publicar uma coleção de cartas das possessões ultramarinas de Portugal, bem como estudos geográficos complementares, os seus trabalhos foram, por decreto de 1892, divididos em duas partes: uma referente à geografia política (assuntos diplomáticos e outros relativos à delimitação de fronteiras, divisão administrativa e relação com colónias e estados limítrofes); e outra à geografia física (preparação e publicação de cartas geográficas e hidrográficas das províncias ultramarinas, e explorações científicas).

A delimitação de fronteiras e o reconhecimento geográfico eram dois aspetos cruciais do imperialismo oitocentista. No contexto da chamada corrida a África, as reivindicações de soberania e as disputas territoriais entre as várias potências coloniais europeias também envolveram negociações diplomáticas e trabalhos conjuntos no terreno.

A atividade geográfica de Gago Coutinho incluiu aquelas duas componentes (trabalhos de campo de delimitação de fronteiras e de geodesia), e subdividiu-se em duas fases: a primeira, situada sobretudo no terreno colonial, em Timor (1898-1899), Moçambique (1900 e 1907-1910), Angola (1901-1902 e 1912-1914), e S. Tomé (1915-1918); a segunda, no gabinete no Terreiro do Paço, orientando à distância os trabalhos de campo, como vogal (1919-1925) e depois como presidente da Comissão de Cartografia, até à sua passagem a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais, em 1936.

Entre 27 de julho de 1898 e 19 de abril de 1899, Gago Coutinho integrou, com o governador de Timor José Celestino da Silva e António Heitor, chefe da Secção de Obras Públicas, a comissão de delimitação de fronteiras de Timor português com Timor holandês. Além de trabalhar na carta de fronteira, propôs-se fazer o levantamento de todo o território português. Os trabalhos tiveram de ser suspensos devido à rebelião que grassava na região de Oecussi, e a chegada ao seu ponto mais alto implicou a tomada de uma povoação pelas tropas portuguesas. Este episódio faz parte de um fenómeno histórico mais vasto: no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas de noventa o reconhecimento geográfico dos territórios coloniais portugueses esteve associado direta ou indiretamente a operações militares de conquista e subjugação, eufemisticamente chamadas “campanhas de pacificação”.

O ensaio cartográfico que resultou dos trabalhos de delimitação *in loco* permitiram a assinatura de um novo acordo entre Portugal e a Holanda fixando as fronteiras, e uma retificação de 20 km na extensão da ilha no seu alinhamento norte-sul. De regresso à metrópole, Gago Coutinho ocupou-se do trabalho de gabinete, apresentando o relatório definitivo a 23 de junho de 1900.

Entre 5 de setembro de 1900 e 8 de fevereiro de 1901, Gago Coutinho trabalhou na delimitação de fronteiras no Zambeze e lago Niassa (Moçambique) com a British Central Africa, estabelecendo também triangulações, corrigindo coordenadas e colocando marcos geodésicos. Integrava a comissão mista luso-britânica com o conde da Ponte e os comissários ingleses W. H. Manning e A. J. Swann. Gago Coutinho reconheceu o apoio britânico em meios humanos e materiais, mas as duas partes não chegaram a consenso.

De seguida e até ao final de 1901, Gago Coutinho dedicou-se com Joaquim Morais e Castro à delimitação da fronteira norte de Angola, de Nóqui ao rio Cuango, com o Congo belga. Além da desproporção de meios humanos e logísticos a favor da comissão belga, dirigida por Alphonse Cabra, a interação entre as duas comissões foi tensa, pontuada por incidentes. Desta vez, os trabalhos foram interrompidos porque a comissão portuguesa foi atacada por febres altas.

Em 1904 Gago Coutinho regressou a Moçambique para trabalhar na delimitação de fronteiras no distrito de Tete. O trabalho de campo, em que também estiveram envolvidos Joaquim Bernardo de Morais e Castro (1904), Manuel dos Santos Fradique

(1904) e Filipe Trajano Vieira da Rocha (1905), estendeu-se de 27 de fevereiro de 1904 a 18 de dezembro de 1905. A missão inglesa era composta pelo major R. P. O'Shee, capitão de Artilharia A. N. Campbell, tenente de Engenharia E. W. Cox e pelo médico Park Ross. Gago Coutinho manteve um bom relacionamento com a comissão britânica, à qual reconheceu elevada organização e competência. Com Filipe Trajano Vieira da Rocha subiu o Zambeze, de Tete até Chicoa, e alcançou Cahora Bassa a 8 de novembro de 1905, garantindo assim a prioridade portuguesa; facto cuja relevância se compreende no contexto de acesa competição entre impérios. Depois de numa expedição anterior ter perdido as fotografias tiradas com a sua máquina pessoal, apostou na compra do melhor material disponível. Por sua iniciativa foram feitas centenas de clichés para fixar a paisagem, o relevo do terreno, a forma dos montes e todos os marcos; essas fotografias foram reunidas num álbum que devia funcionar como registo e prova documental dos trabalhos efetuados. Adoptou a mesma prática nas campanhas seguintes. Além do relatório oficial sobre o trabalho para a Comissão de demarcação das fronteiras do distrito de Tete, Gago Coutinho publicou na *Ilustração Portuguesa* um relato intitulado "O Zambeze mysterioso" (Agosto de 1906), onde começou a compor a sua *persona* de "geógrafo ultramarino".

A repercussão pública daquele feito terá contribuído para que fosse nomeado chefe da recém-criada Missão Geodésica da África Oriental, regressando a Moçambique, entre maio de 1907 e inícios de 1911 para concluir os cálculos e compensações da rede geodésica do território. No âmbito do trabalho preparatório da missão, frequentou o Observatório Astronómico de Lisboa, e apelou à ciência prática e aos conselhos de Campos Rodrigues. Naquela missão conheceu o tenente Sacadura Cabral, de quem se tornou amigo e com quem viria a partilhar projetos no domínio da navegação aérea.

A sua atividade de geodeta foi interrompida entre 7 de novembro de 1911 e 21 de março de 1912, período em que comandou a canhoeira *Sado*. Nessas funções procedeu ao reconhecimento da Índia portuguesa. Durante a revolta na região de Satary, participou no destacamento que ocupou e defendeu Valpoy. Seguiu depois para Timor onde decorria a rebelião de Manufai, para apoiar as forças terrestres em Betano, e ao comando da canhoeira *Pátria* bombardeou os insurretos e ajudou a debelar a revolta.

Entre outubro de 1912 e meados 1914 chefiou a missão portuguesa de delimitação da fronteira de Angola no Barotze (fronteira com a Rodésia) integrada por Filipe Vieira da Rocha, Costa Marques, Costa Santos, o sertanejo Manuel Nunes Correia e o médico naval Augusto da Cunha Rolla. A missão portuguesa partiu do Lobito, viajou de comboio até ao Huambo e a partir daí a caravana prosseguiu com 9 carros boers. Encontrou-se com a missão inglesa, chefiada pelo major H. Gordon, no meridiano 24° E de Greenwich. Os trabalhos tiveram início em maio de 1913. A demarcação de 400 km e a verificação de mais 200 km no meridiano de 22° E de Greenwich foi realizada a pé, pois já tinham morrido todas as montadas da expedição portuguesa. A missão lusa continuou a pé até ao rio Zambeze, de lancha até próximo das cataratas Vitória e daí de comboio para Joanesburgo, chegando a Lourenço Marques em dezembro. No observatório astronómico da capital moçambicana conferiu os cronómetros, tendo verificado que desde que saíra de Lobito, catorze meses antes, o desacerto era apenas de dois segundos. Em Moçambique procedeu ao reconhecimento geográfico da Serra da Gorongosa e corrigiu as coordenadas de diversos pontos do território. Em maio de 1914 a missão regressou à fronteira de Angola seguindo em direção a Elisabethville, no Congo belga (meridiano 24° E de Greenwich) onde se encontrou com as missões

britânica e belga. Desentendimentos com a primeira levaram Gago Coutinho a transmitir o comando das operações de fronteira a Viera da Rocha. Seguriam para o meridiano 22° E de Greenwich e concluíram a delimitação dos 400 km de fronteira com a Rodésia. Dali, e num mês, percorreram 1500 km até ao planalto de Benguela. Durante os trabalhos de delimitação da fronteira, a equipa de Gago Coutinho realizou observações astronómicas, nomeadamente da lua, para obter resultados mais rápidos. Recorrendo a teodolitos Repsold e Troughton observaram centenas de latitudes com grau de precisão elevado.

Além dos trabalhos técnicos apresentados superiormente, a 11 de janeiro de 1915 Gago Coutinho proferiu uma comunicação na Sociedade de Geografia de Lisboa, acompanhada pela projeção de fotografias, intitulada “Impressões de duas viagens através de África entre Angola e Moçambique”; título em que ressoa a questão do mapa cor-de-rosa e a viagem de Capelo e Ivens, de Angola à contracosta. Essa comunicação, posteriormente publicada, é uma peça importante na construção da sua imagem pública como geógrafo de campo e na afirmação da sua autoridade técnico-científica.

Em 1915 foi nomeado chefe da Missão Geodésica de São Tomé, por sugestão do governador José Carneiro Sousa Faro ao ministro das Colónias. Ali procedeu a trabalhos geodésicos e topográficos destinados ao levantamento de cartas na escala 1:25.000, das ilhas de São Tomé e do Príncipe. Além da implantação de 56 marcos para o estabelecimento da rede geodésica, mediu duas bases com fio de invar, completou cálculos de nivelamento e concluiu o cálculo e a compensação das suas figuras das bases. Depois de uma licença na metrópole no primeiro semestre de 1917, regressou a São Tomé, dando continuidade às observações geodésicas azimutais, zenitais e astronómicas. Se os picos característicos auxiliavam a tarefa, as condições atmosféricas – a neblina sem vento e as chuvas – dificultavam. No decorrer daquelas observações, comprovou a passagem da linha do Equador pelo ilhéu das Rolas, ao qual veio a ser dado o seu nome em 1923. Em dezembro de 1918 pediu exoneração do cargo. Em 1919 entregou a Carta resultante destas observações, bem como o *Relatório da Missão Geodésica da Ilha de S. Tomé 1915-1918*, considerado oficialmente o primeiro trabalho de geodesia completo referente a uma colónia portuguesa.

Além do seu carácter auto-biográfico, os seus textos sobre as expedições geográficas nas colónias fornecem-nos elementos sobre a infraestrutura envolvida, as debilidades da ocupação portuguesa, as carências financeiras, materiais e humanas, as dificuldades sentidas na organização das caravanas e na execução dos trabalhos no terreno, as práticas de trabalho de campo, os instrumentos utilizados, a divisão racial do trabalho, a relação com os africanos. Estes participavam nas expedições como carregadores (de pesadas cargas e bagagens, algumas muito sensíveis – os instrumentos – que carregavam com muito cuidado, e machilas ou tipóias para transporte do chefe e adjunto das missões sempre que estavam doentes, o que era frequente), montavam acampamentos, derrubavam árvores, abriam estradas, eram cozinheiros, guias e intérpretes mas também capatazes, construtores de torres, ajudantes de pedreiro (para a construção dos marcos em alvenaria) e auxiliares técnicos (apontando heliógrafos, muitas vezes isolados no alto de montes). No inícios da década de 1930, quando se voltava a agitar o fantasma das ameaças externas à integridade do império português, Gago Coutinho reconheceu publicamente o contributo imprescindível dos africanos no trabalho coletivo de ocupação geográfica das colónias portuguesas, que vertido em mapas atestava a soberania portuguesa.

Entre os seus autores preferidos constava Júlio Verne, cujos livros, em sua opinião, contribuíam mais do que os livros didáticos, para o progresso científico e para a educação da juventude, tanto nas ciências como nos desportos e mesmo na formação do carácter. Refira-se que atribuía grande importância ao desporto, tendo praticado ginástica ao longo da vida.

Antes de ter ido para o liceu, o jovem Gago Coutinho leu o *Manual do prestidigitador [escamoteio de cartas, ligeireza de mãos, desaparições misteriosas, illusionismo, magnetismo, hypnotismo ... etc., etc]*; livro que existia em sua casa. Em Lisboa começou a ver experiências públicas e comprou um livro francês que ensinava truques de cartas. Como ilusionista amador enganava muitos amigos. Num texto inédito com o seu usual sentido de humor, afirma que em Angola teve “ocasião de praticar um golpe público de Alta-Magia. [...] Na falta de rádio, [...] tinha que determinar longitudes perguntando à lua a hora de Greenwich”.

Gago Coutinho referiu-se às ideias dos africanos sobre astronomia como pueris e à sua crença no sobrenatural. Terá um dia anunciado aos colaboradores africanos que lhe fariam sinais luminosos da lua como os que eles o tinham visto fazer de hélios ou projetores. Segundo o geodeta, os africanos não se admiraram porque consideravam que os brancos eram hábeis feiticeiros. Por isso também não se surpreendiam como as “maravilhas da civilização” como o telégrafo, o telefone, o aeroplano ou o gramofone. Daí que concluisse: “Assim são até superiores aos brancos, pois é sabido que na Academia das Ciências de Paris o académico Boulland não acreditou no fonógrafo de Edison, e chegou a desconfiar de que o apresentador, o conhecido académico Du Moncel, era mentiroso e estava a intrujá-los!” Gago Coutinho, por seu turno, como veremos mais à frente, nunca conseguiu acreditar na teoria da relatividade.

Em 1920 numa sessão na Sociedade de Geografia de Lisboa propôs a criação do curso de Engenheiro Geógrafo, o que se concretizou no ano seguinte na Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Defendeu que a componente teórica devia ser complementada com um tirocínio prático. No âmbito desse curso, sugeriu uma divisão do trabalho em função do género, cabendo os cálculos às mulheres (as calculadoras).

Desafiado por Sacadura Cabral, que alimentava o projeto da travessia aérea Lisboa – Rio de Janeiro para assinalar o centenário da independência brasileira, Gago Coutinho dedicou-se ao estudo da navegação aérea entre o final da década de 1910 e inícios da década de 1920. Partindo dos seus conhecimentos de navegação marítima e astronomia, Gago Coutinho procurou resolver os problemas de natureza metodológica e instrumental que se colocavam à navegação aérea astronómica como a dificuldade de definir a linha do horizonte a uma altura normal de voo e a dificuldade de efetuar medições precisas de posição em situação de voo com um sextante vulgar. Concebeu o primeiro sextante com horizonte artificial para solucionar o problema da medição da altura de um astro sem horizonte de mar disponível. A este instrumento, que podia ser usado a bordo das aeronaves, Gago Coutinho denominou de «astrolábio de precisão», pois permitia materializar um horizonte artificial através de um nível de bolha de ar. Além disso, era dotado de um sistema de iluminação eléctrica do nível de bolha que viabilizava observações nocturnas. Entre 1919 e 1938, Gago Coutinho dedicou-se ao aperfeiçoamento deste instrumento, que veio a ser fabricado e comercializado pelo construtor alemão C. Plath, sob o nome «System Admiral Gago Coutinho». Com Sacadura Cabral concebeu e construiu outro instrumento, chamado «Plaqué de

abatimento» ou «corretor de rumos», que permitia calcular graficamente o ângulo entre o eixo longitudinal da aeronave e o rumo a seguir, tendo em conta a intensidade e direção do vento. Junto realizaram várias viagens aéreas para testar as novas soluções instrumentais e metodológicas. A viagem Lisboa – Funchal, em 1921, funcionou como preparatória da travessia aérea do Atlântico Sul. A ligação Lisboa – Rio de Janeiro, entre 30 de março e 17 de junho de 1922 demonstrou finalmente a eficácia das soluções encontradas.

Na sequência desta viagem, celebrada ao mais alto nível pelos dois países e reconfigurada na memória coletiva dos portugueses como um feito heróico à escala do descobrimento do Brasil em 1500, foi distinguido com o doutoramento honoris causa pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Vogal efetivo da Comissão de Cartografia desde 24 de junho de 1919, substitui o almirante Ernesto de Vasconcelos na presidência daquela Comissão em 1925, permanecendo no cargo até 1936 (dois anos depois de passar à reserva). Nessa qualidade, assumiu a orientação, a partir da metrópole, dos trabalhos geodésicos que se realizavam em Cabo Verde, Moçambique, Angola e Timor. Em 1933 fez uma última viagem a África contactando com algumas missões da Comissão de Cartografia que se encontravam no terreno. Neste período direcionou a sua atenção para a história das viagens marítimas dos séculos XV e XVI, produzindo uma extensa bibliografia na qual analisou os métodos utilizados pelos navegadores portugueses e explicou como conseguiram realizar navegações de longa distância. O seu conhecimento prático da navegação à vela nos navios em que prestou serviço, associado às viagens que realizou para comparar os resultados obtidos pelos antigos métodos (observação com astrolábio semelhante aos usados pelos portugueses no século XV) com os resultados obtidos em sextantes e cronómetros com auxílio de sinal de rádio, levaram-no a concluir que os portugueses da época das descobertas já utilizavam os métodos mais adequados para fazer face aos ventos e correntes contrárias e que as viagens e as rotas de regresso eram planeadas e não fruto de tempestades e imprevistos. Entre os seus estudos avultam os dedicados ao regime de ventos e correntes no Atlântico Norte, que obrigava os navegadores portugueses a contornar pelo mar largo as correntes e ventos contrários, no regresso da Guiné ou volta da Mina, a que Gago Coutinho também chamava “volta pelo largo”. Esta navegação começou a ser praticada em meados de Quatrocentos, sendo uma prática habitual no início do século seguinte.

A partir de 1922, Gago Coutinho passou a visitar regularmente o Brasil, onde mantinha amigos, apresentava comunicações e aproveitava para pesquisar nos arquivos. Aí assistiu em 1925, à conferência de Einstein no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. A reação de Gago Coutinho foi de crítica aberta à teoria da relatividade (cf. revista *Instituto*, 1926). Respondeu às correntes revolucionárias da física, que ameaçavam minar os fundamentos clássicos nos quais fora formado, com uma posição muito conservadora plasmada em duas polémicas que manteve sobre o assunto com Manuel dos Reis e Ruy Luís Gomes nas páginas da *Seara Nova*, respetivamente em 1930-1931 e em 1937-1938. As suas convicções newtonianas levavam-no a desconfiar da relatividade e dos seus resultados contraintuitivos. Tinha uma visão pragmática da ciência, não prescindia da confirmação experimental, considerava que a verdade e a objetividade assentavam na observação e no rigor do cálculo e não na discussão teórica de princípios.

Olhando para as várias atividades em que se desdobrou o percurso profissional e científico de Gago Coutinho é perceptível a sua sucessão cronológica e a sua interligação. A condição de oficial de marinha é uma espécie de denominador comum da sua trajetória. A navegação, seja no mar ou no ar, a orientação em terra, e o estudo da náutica podem ser vistas como facetas de uma mesma prática técnico-científica. Importa, por outro lado, salientar que todas as áreas a que se dedicou se relacionam direta ou indiretamente com o processo de ocupação efetiva e construção do chamado terceiro império colonial português, um projeto político e ideológico que, vindo da monarquia constitucional, atravessou a I República e o Estado Novo, e no qual os oficiais da Armada tiveram um papel destacado. Cabe lembrar que a estreita ligação dos negócios da marinha com os referentes aos domínios ultramarinos se estendeu até ao século XX, sendo o reflexo mais evidente a sua gestão por um único ministério até 1911.

A ditadura já tinha herdado da Primeira República o “herói” da aviação que, com Sacadura Cabral, retomara pelos ares a viagem de Pedro Álvares Cabral até ao Brasil em 1500. O facto de Gago Coutinho ter sido republicano na juventude e depois, desiludido com o rumo da República, se ter passado a afirmar um adepto da monarquia constitucional, não constituía qualquer óbice pois o nacionalismo imperial, baseado na exaltação da gesta dos descobrimentos portugueses e de uma suposta missão histórica de colonizar e civilizar os territórios e povos “descobertos”, é comum aos três regimes. Daí que o Governo de Salazar lhe tenha concedido a grã-cruz da ordem do Império em 1944, pela mão do ministro das Colónias Marcelo Caetano; e, por recomendação da Assembleia Nacional, o tenha distinguido promovendo-o ao posto de almirante em 1958. A moção foi apresentada pelo deputado Manuel Maria Sarmento Rodrigues, oficial da Armada, que fora ministro das Colónias/do Ultramar (1950-1955) e era amigo pessoal de Gago Coutinho e, como ele, da maçonaria.

Não conseguimos apurar em que data Gago Coutinho passou a integrar o Grande Oriente Lusitano Unido mas já era maçom no início do século XX. No centenário do seu nascimento foi homenageado pelos “Amigos da antiga loja «Emancipação»”. O facto de ter sido pedreiro-livre explica a sua aversão pelo menos teórica à escravatura e à discriminação racial (Morel, 1941, p. 26-27). Contudo, Gago Coutinho afirmou na “Palestra às Colónias” lida na rádio em 27 de janeiro de 1933, quando se soube que a potência era suficiente para ser ouvida em África, que fora na demorada convivência com africanos que perdera preconceitos sobre a superioridade da cor da pele.

Gago Coutinho viria a morrer a 18 de fevereiro de 1959. Nas homenagens mas também nas biografias publicadas até hoje é apresentado invariavelmente como herói. Mesmo uma recente tese de doutoramento em História, subintitulada “uma biografia científica”, não rompe com os moldes tradicionais do género biográfico. Distante da postura crítica desejável num trabalho académico, veio a ser publicada em livro com o título *Gago Coutinho. O último grande aventureiro português* (Pinto, 2014), onde ressoa o título da entrevista publicada no Brasil (Morel, 1941). O grande objetivo do autor é que Gago Coutinho não seja apenas recordado e exaltado pelo seu contributo para a travessia aérea Lisboa – Rio de Janeiro mas “pela sua importância como homem de ciência”. Porém, a tendência hagiográfica é evidente ao longo do texto.

Parte da explicação pode encontra-se na auto-imagem que Gago Coutinho projetou em vida, nas suas apresentações públicas, nos seus escritos, nas formas como se referia a si

próprio, onde mobiliza uma retórica do rigor científico, da dedicação ao trabalho e à pátria, do sacrifício pessoal, do despojamento e desinteresse material, sobretudo na “composição” da sua *persona* de “geógrafo de campo” referida ao período em que participou nas expedições da Comissão de Cartografia em cinco colónias portuguesas. Com base na sua experiência pessoal escreveu que o geógrafo colonial “a par de uma preparação técnica real, [precisa de] ir preparado para uma vida de incomodidades e com recursos para lhe fazer face: ser indiferente a comer mal, beber água dos rios, passar privações, andar roto e mal calçado, apanhar muito frio ou muito calor. Saber alguma coisa do ofício de pedreiro, carpinteiro, serralheiro, fazer fotografia, concertar botas! Ser homem de sport, [...] satisfazer as exigências de herói de fita animatográfica americana, montar a cavalo, mula ou burro; andar bem; trepar bem a picos ou árvores; não sofrer de vertigem; governar barcos, nadar, mergulhar, lutar, atirar. [...] Ter força suficiente para atirar ao ar uma carga de 25 kg, que o carregador grinchoso acha pesada e objeta carregar. [...] E ao mesmo tempo ter delicadeza de mãos para o desenho de precisão, para retificar teodolitos e micrómetros, pôr fios de aranha em retículos, apontar óculos [...]: não ter medo de andar de aeroplano, ter enfim uma ponta de aventureiro” (“Algumas aplicações da astronomia na vida prática”, post. 1921 ant. 1922).

Por outro lado, na persistência da dimensão de herói, não se pode menosprezar o impacto que a travessia aérea do Atlântico Sul teve no imaginário coletivo coevo, enquanto momento galvanizador do orgulho nacional num contexto político e social conturbado, e as suas reconfigurações na memória pública até aos nossos dias.

Cláudia Castelo

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

Obras mais relevantes

- Avelino Teixeira da Mota (org.), *Obras Completas de Gago Coutinho. Obras Técnicas, Científicas e Históricas* (Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1972-1975, 2 vols.)

Fontes e bibliografia relevante sobre o biografado

- Sociedade de Geografia de Lisboa, Espólio de Gago Coutinho (Diários particulares, relatórios, correspondência)
- Arquivo Histórico Ultramarino. Álbuns fotográficos da Comissão de delimitação da fronteira do Sudeste de Angola, da Missão Geodésica da África Oriental e da Missão Geodésica de São Tomé e Príncipe. Disponíveis em: <http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC142>;

<http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC143>;
<http://actd.iict.pt/collection/actd:AHUC1115>

- Edmar Morel, *Gago Coutinho e a sua vida aventurosa* (Rio de Janeiro: A. Coelho Branco, 1941)
- Pinheiro Correia, *Gago Coutinho, Percursor da Navegação Aérea* (Porto: Portucalense Editora, 1969)
- Rui Costa Pinto, *Gago Coutinho: O último Grande Aventureiro Português* (Lisboa: Eranos, 2014)

RASCUNHO